

ARTIGO

# IDENTIDADE JORNALÍSTICA E PERCEPÇÕES DO PÚBLICO

## paradigma e modelos em construção nos países dos Grandes Lagos (África)

Copyright © 2014  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MARIE-SOLEIL FRÈRE  
*Université libre de Bruxelles*

**RESUMO** - Esse artigo se baseia em uma pesquisa conduzida em três países africanos (Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo), sobre a evolução recente da profissão de jornalista e sobre a maneira como ela é, hoje, percebida e representada por ouvintes, entrevistados em cinco localidades da região. Após duas décadas, o jornalismo se transformou, por um lado, com a liberalização do setor de mídias e, por outro, com as guerras civis sangrentas que marcaram os três países. Os novos formatos e os novos papéis reivindicados pelas mídias apareceram, assim como os novos referenciais profissionais (códigos deontológicos, instâncias de autorregulação, cursos de formação, associações profissionais), por vezes incentivados por doadores de fundos e ONGs internacionais. O artigo mostra que, por trás dessas mudanças, é um novo paradigma jornalístico que realmente foi elaborado, fruto de dinâmicas internas da profissão e de assignações externas (pelo Estado e a evolução do mercado), mas também das novas exigências do público. Em um contexto político, econômico e de segurança problemático, as mutações do jornalismo têm transformado o discurso midiático, mas igualmente transformado a percepção que o público tem do lugar do jornalismo na sociedade, e de que os cidadãos estão suscetíveis a esperar dele, em uma região na qual grande parte da democracia ainda está em construção.

**Palavras-chave:** Paradigma jornalístico. Ruanda. Burundi. República Democrática do Congo. Identidade jornalística.

### IDENTIDAD PERIODÍSTICA Y PERCEPCIÓN DE LA AUDIENCIA: paradigma y modelos en construcción en la región de los Grandes lagos en África

**RESUMEN** - El presente artículo está basado en una investigación llevada a cabo en tres países africanos (Burundi, Ruanda y la República democrática del Congo). A partir de encuestas realizadas en cinco localidades de la región, estudiamos la manera en que los periodistas son percibidos por la audiencia. En los últimos veinte años, el periodismo se ha visto profundamente transformado a raíz de la liberalización del sector de los medios, por un lado, y de las guerras civiles que han tenido lugar en los tres países, por el otro. Nuevos formatos y nuevos roles han aparecido en los medios, así como nuevas normas profesionales (códigos de ética, regulaciones provenientes de organismos reguladores, capacitación para periodistas, asociaciones profesionales), a menudo fomentadas por donantes extranjeros y ONG internacionales. Este artículo pretende mostrar que, detrás de estos cambios, un nuevo "paradigma periodístico" está emergiendo, como consecuencia a la vez de dinámicas internas a la profesión y de obligaciones externas (impuestas por el Estado y por la evolución del mercado), así como de nuevas exigencias provenientes del público. En un contexto político y económico inestable, el nuevo paradigma periodístico ha modificado tanto los contenidos mediáticos como la percepción por parte del público local del papel que los periodistas deben jugar en la sociedad, en una región en la que la democracia está aún construyéndose.

**Palabras clave:** Paradigma periodístico. Ruanda. Burundi. República Democrática del Congo. Identidad periodística.

**JOURNALISTIC IDENTITY AND AUDIENCE PERCEPTIONS:****Paradigm and Models under construction in the African Great Lakes region**

**ABSTRACT** - This article is based on a research conducted in three African countries (Burundi, Rwanda and the Democratic Republic of the Congo), focusing on the recent evolution of the journalistic profession and the way journalists are perceived today and represented by members of the audience polled in five localities of the region. In the last twenty years, journalism has been deeply transformed, following the liberalization of the media sector, on one hand, and the murderous civil wars which marked the three countries on the other hand. New formats and new roles have appeared for the media, as well as new professional standards for journalists (codes of ethics, regulations from regulatory authorities, journalists education and training curricula, professional associations), often encouraged by foreign donors and international NGOs. This paper aims at showing that, behind these changes, a new « journalistic paradigm » has taken shape, a consequence of both internal dynamics within the profession and external assignments (imposed by the State and the evolution of the market), and also of new demands emanating from the public. In an unstable political, economic and security context, the changes of the journalistic paradigm have transfigured media content, as well as the perception by the local public of the role that journalists have to play in society, and of what the citizens may expect from them, in a region where democracy is still widely under construction.

**Keywords:** Journalistic paradigm. Rwanda. Burundi. Democratic Republic of the Congo. Journalistic identity.

Nos últimos 20 anos, a República Democrática do Congo (RDC), o Burundi e o Ruanda passaram por um processo de liberalização do setor das comunicações (com o aparecimento de mídias privadas no começo dos anos 1990), e um conflito armado que provocou a morte de centenas de milhares, ou mesmo de milhões de pessoas. Essas duas evoluções históricas marcaram profundamente a profissão de jornalista e os referenciais com os quais ela se identifica nesses três países.

Esse artigo se baseia em um trabalho de campo, conduzido nos últimos dez anos na região dos Grandes Lagos, e procura destacar a reconfiguração identitária que ocorreu na profissão nas duas décadas, provocada por dinâmicas internas e externas. De fato, baseando-se na perspectiva de Charron e De Bonville (2003), pode-se considerar que o que se passou nesses três países foi uma verdadeira mudança de “paradigma jornalístico”. Referindo-se a uma “prática jornalística localizada espaço-temporalmente”, a noção de paradigma conduz a aproximar a comunidade dos profissionais midiáticos como um conjunto “compartilhando uma mesma definição da realidade e dispondo de técnicas comuns para descrevê-la” (CHARRON; DE BONVILLE, 2003, p. 2). A noção se refere tanto a um sistema normativo específico (que pode ser elaborado externamente à profissão ou emergir da prática) como também aos modelos e valores exemplares comuns aos membros

da comunidade, adquiridos através da formação profissional e em outros momentos. O paradigma jornalístico difere do conceito de *habitus* profissional de Pierre Bourdieu, na medida em que designa menos as disposições interiorizadas pelo indivíduo do que uma estrutura sociocultural “que o jornalista se apropria gradualmente e cujos elementos podem ser eventualmente incorporados ao seu *habitus* individual se a duração e a intensidade da prática profissional permitir” (CHARRON; DE BONVILLE, 2003, p. 8). Esse conceito pode ser utilizado para compreender as principais mudanças vivenciadas pelas mídias e seus profissionais no Congo, no Burundi e no Ruanda nas últimas duas décadas e para interpretar essas mutações como uma real modificação de configuração (no sentido atribuído por Norbert Elias).

A primeira parte do texto é dedicada a uma contextualização histórica que evidencia a maneira como, na configuração anterior, a autoridade pública, após as independências nacionais até o início dos anos 1990, encarou e orientou a função de jornalista. Em seguida, o artigo analisa os processos internos e externos do setor da mídia, que recentemente transformaram o discurso, as práticas, mas também o ambiente no qual o jornalismo é exercido. Nessa nova configuração, o jornalismo continua sendo uma prática regulamentada, mas a fonte primeira da norma não é mais a autoridade política; as prescrições e as convenções emanam da própria profissão, como também de outros atores, como os doadores de fundos internacionais que intervêm no funcionamento da mídia. Por fim, a terceira parte destaca dados de um estudo realizado com o público de emissoras de rádio em cinco cidades desses três países, que permitem identificar como a percepção de que um cidadão tem de um jornalista profissional também foi modificada, após a liberalização do setor e os conflitos armados. As reconfigurações do ambiente (marcadas pela abertura do pluralismo político e midiático) e as mutações tecnológicas levaram a uma real mudança de paradigma, que se ilustra na maneira como o público passou a perceber o papel dos jornalistas na sociedade, um fator importante na construção da identidade profissional dos jornalistas.

## 1 UMA MUDANÇA PARADIGMÁTICA

A profissão de jornalista, desde que ela tenta se definir, sempre foi configurada por assignações externas, especialmente originárias das autoridades públicas, mas também do público da mídia, e dos esforços internos para formular, garantir e transmitir os princípios destinados a orientar o exercício da profissão. Na África dos Grandes Lagos<sup>1</sup> uma região que sofreu os últimos vinte anos consideráveis abalos, tanto políticos como midiáticos, os princípios, os valores e as rotinas profissionais em torno das quais organiza a prática jornalística se transformaram profundamente.

### 1.1 Trinta anos de “Jornalismo de desenvolvimento”

Nos trinta anos que sucederam as independências proclamadas em 1960 (Congo) e em 1962 (Burundi e Ruanda), os jornalistas desses países foram submetidos a uma definição externa, autoritária e unilateral (não consultiva) da natureza e da missão de sua profissão enquanto que as mídias estavam sob o monopólio estatal, de direito ou de fato<sup>2</sup>. Com exceção de algumas mídias católicas e alguns veículos de vocação cultural ou desportiva, a mídia de informação estava vinculada ao Estado ou ao partido único. Os jornalistas eram funcionários zelosos, propagandistas do regime, responsáveis pela valorização da atividade governamental, muitas vezes voltados ao culto da personalidade do Presidente da República<sup>3</sup>. As tarefas confiadas aos jornalistas eram relativamente claras nos textos e discursos oficiais. Dessa forma, a lei de imprensa do Burundi de 1976<sup>4</sup> estipulava, em seu artigo 6, que “os jornalistas burundeses devem sempre trabalhar como patriotas convictos e conscientes dos ideais do partido, o único órgão responsável pela vida nacional”. Cabia ao jornalista burundês contribuir com “a educação, a formação cívica dos burundeses e a mobilização das massas para a realização dos planos governamentais, que devem permanecer a principal preocupação dos responsáveis pela imprensa e dos jornalistas” (COULIBALY et al. apud MAOUNDONODJI, 2005, p. 59).

No Congo, (que se tornou Zaire em 1971), a imprensa era regida por uma lei de 1970<sup>5</sup>, modificada em 1981. Segundo o então Ministério da Informação, “a concepção zairense da informação está fundamentada nas aspirações de desenvolvimento das populações e nas linhas mestras da política geral, elaborada pelos poderes públicos. Os meios de informação são organizados como serviços de utilidade pública para fornecer uma

informação de Estado” (MINISTÈRE DE L’INFORMATION; 1970, p. 105-108). Nesse contexto, Sakombi Inongo, comissário de Informação do regime do Mobutu, enunciava da seguinte maneira as missões do jornalista: “o jornalista zaireense é um servidor comprometido com a realização do projeto de sociedade do MPR” (INONGO, 1989 apud BEBE BESHELEMU, 2006, p. 110). Ele “tem o dever sagrado de desmascarar e denunciar todos os complots que se formam contra a integridade territorial de nosso país, contra a segurança do Estado, contra a ordem pública, contra a vida dos cidadãos que estão encarregados da direção do país, contra o mobutismo, que são a ideologia, a doutrina, a filosofia política, a ação e os valores que metamorfosearam nosso país e reabilitaram nosso povo”. O jornalista zaireense não possuía margem de manobras. A portaria-lei de 1981 sobre o estatuto dos jornalistas trabalhando no Zaire estipulava, no seu artigo 41 : “o agente é pessoalmente obrigado a executar todas as obrigações que lhes são impostas em virtude de suas funções. Ele é pessoalmente responsável pela execução das ordens dadas por seus chefes” (INONGO, 1999, apud TSHIONZA MATATA, 2006).

No Ruanda, não se dispunha de um quadro jurídico de referência, mas a orientação desejada para a mídia foi claramente manifestada pelo presidente Grégoire Kayibanda, que declarou, em um discurso no dia 12 de Outubro de 1968: “a informação das massas sobre o programa nacional é uma necessidade. A imprensa escrita, as rádios, os cinemas, as fotos, reuniões e encontros das populações que insistem apenas pelo lado negativo da vida ao invés de mostrar o objetivo e de indicar os meios, mesmo modestos, de alcançá-lo, serão os sabotadores do desenvolvimento da Nação. Todos esses que, no país, dispõem desse gênero de meios de comunicação (de formação e de informação) são responsáveis pela estagnação ou pelo progresso do povo” (GRÉGOIRE, 1971 apud BART, 1982, p. 162). Mais tarde, seu sucessor, o presidente Juvénal Habyarimana (1980 apud BART, 1982) acrescentaria : “a informação servirá de ligação entre os governantes e os governados. Isso quer dizer que os governantes têm também uma grande necessidade de ser esclarecido e positivamente criticado. Mas essa crítica não deve ser feita em nosso país, pois seria sinônimo de desrespeito e ofensa (...) É por isso que, em nosso país, meu governo está trabalhando para, na medida do possível, desenvolver uma informação sã, correspondente aos objetivos e ao espírito de nosso programa de ação, elogiando, sem chauvinismo, mas fielmente, a alma de nosso povo”.

Militante do partido único, defensor da nação e soldado do desenvolvimento, o jornalista era principalmente um transmissor da propaganda governamental.

Ele era formado em conformidade com esses ideais. Em Kinshasa, o ISTI (Institut de Sciences et Techniques de l'Information) formou, a partir de sua criação em 1973, gerações de jornalistas congolese, mas também burundianos e ruandese<sup>6</sup>. Fundada sob a liderança do Departamento de Orientação Nacional, o ISTI visava evitar o “tormento” que a formação em escolas europeias suscitava. Como explicava seu antigo diretor, “a formação dispensada aos futuros informadores dos países em processo de modernização nas escolas europeias e americanas se desenrola em um quadro sociopolítico diferente daquele no qual seus agentes deverão trabalhar um dia. No entanto, é indispensável que eles sejam formados em estreita ligação com o ambiente cultural, político e econômico do qual eles um dia deverão dar conta” O jornalista formado no ISTI estará, então, “a serviço do desenvolvimento nacional, no qual ele é verdadeiramente útil (...) É nesse quadro do partido que ele goza efetivamente da liberdade de expressão na sua dupla qualidade de militante e de cidadão. A liberdade no exercício de sua profissão se desenha - e se encontra - no quadro do partido nacional” (TAMANDIAK, 1985, p. 65-67).

Durante trinta anos, a lei, a vulgata oficial e os cursos de formação foram então conjugados para confinar o jornalista em um papel de porta-voz das autoridades no poder.

## **1.2 Os anos 1990: jornalistas liberados, jornalistas combatentes**

No começo dos anos 1990, na onda de liberação qualificada como « primavera africana », os jornalistas do Zaire, do Burundi e do Ruanda se liberaram dessa camisa de força. Paralelamente à abertura para o multipartidarismo, a autorização de novas mídias privadas (imprensa escrita primeiro, audiovisual em seguida) resultou em uma profunda mudança no papel da mídias, mas também na maneira como os jornalistas se percebiam, abordavam sua função e se organizam para exercê-la. Imediatamente, as novas mídias privadas ostentaram o fato de exercer novos papéis: contrapoder, contribuição no debate democrático, “cães de guarda” da democracia, luta contra a impunidade, relais da sociedade civil, “voz dos sem-vozes”, comunicação de proximidade... De forma que um observador de longa data da cena midiática africana, o jornalista Thierry Perret, pode falar, em face à emergência desse novo posicionamento, da “invenção do jornalismo na África francófona” (PERRET, 2006).

A liberalização do setor, endossada pela adoção de novas leis sobre a imprensa<sup>7</sup>, resultou em uma mudança importante do papel

reivindicado pelos jornalistas, encorajados por uma mudança no perfil sociológico dos profissionais das mídias. De fato, as novas mídias privadas contrataram numerosos jovens, sem diploma especializado na área e movidos, acima de tudo, pela vontade de se expressar livremente e denunciar injustiças. Isso contribuiu para uma renovação da profissão, que tomou forma a partir de novos posicionamentos e formatos: imprensa de opinião com editoriais críticos, programas participativos abertos à palavra e às interpelações do público, debates pluralistas com a presença de uma diversidade de pontos de vista, enquetes e investigações revelando o mal governo e os atentados aos direitos humanos...

Portanto, a mutação da profissão foi dupla, conjugando os novos formatos e a evolução sociológica dos trabalhadores da imprensa. Os editoriais da imprensa da época são reveladores a esse respeito. No Burundi, jornais privados como *Le Citoyen*, *La Semaine* ou *Panafrika* ofereceram novas perspectivas. *Le Citoyen* tinha como missão “informar seus leitores, sem medo de dizer a verdade, mesmo que ela machuque”<sup>8</sup>. *La semaine* se definia como um « campeão da independência »<sup>9</sup>, « diferente da imprensa pública ”<sup>10</sup>. No Zaire, onde mais de 120 novos títulos nasceram em um ano (1990-1991)<sup>11</sup>, em sua maioria efêmeros, esses últimos “se voltando, constantemente com uma extrema virulência a todos os órgãos do poder, incluindo o presidente” (DE VILLERS, 1992. p. 02). Além dessa função crítica em relação ao governo, os jornais se definiam, também, como “educadores da democracia”. Assim, *Le Potentiel* clama que era necessário que “os esforços de reflexão, de informação e de preparação intelectual da população sobre esses métodos e pressupostos da democracia sejam fornecidos por aqueles que sabem alguma coisa”<sup>12</sup>.

Mas esse período de proliferação de novos jornais privados (uma dezena no Burundi e no Ruanda, e várias centenas no Zaire) viu também emergir títulos muito politizados, de tom radical, ponta de lança de partidos políticos às vezes prontos para manipular os sentimentos étnicos e identitários para alcançar ou se manter no poder. No Zaire, a imprensa é descrita como « de uma opinião. Ou seja, jornais de combate servindo campos políticos” (BEBE BESHELEMU, 2006, p. 290). Títulos como *L’Aube de la Démocratie*, *L’Indépendant* ou *Le Carrefour des Idées* no Burundi, assim como o tristemente célebre *Kangura* ou a *Radio Télévision Libre des Mille Collines* (RTL) no Ruanda tornaram-se referência do que é qualificado como “mídias do ódio”<sup>13</sup>. O diretor do escritório ruandês de informação lamentou, em 1993: “Em que se transformaram os jornalistas? (...) O jornalista ruandês desses últimos anos se converteu em militante de tal ou tal causa. Imprensa oficial e

imprensa privada rivalizam na incitação à violência e ao ódio racial. A informação deu lugar ao preconceito e à propaganda. Os jornalistas se tornaram agitadores políticos...” (HIGIRO, 1994, p. 49-50).

Essa fração engajada, mesmo extremista, da mídia, conduzida por jornalistas-militantes, se não tiver contribuído com o começo das guerras (o Burundi eclode em guerra civil em 1993, e Ruanda é palco de um genocídio em 1994), pelo menos serviu de lugar de exposição da propaganda destrutiva de beligerantes que buscam o poder. No Zaire, que se tornaria República Democrática do Congo (RDC) em 1997, o início da primeira guerra (1996-1997), seguida da segunda (1997-2003) vai igualmente, após a primeira fase de euforia democrática, transformar certas mídias (incluindo as mídias públicas) em máquinas de propaganda.

Quando a paz voltou, seja após a tomada do poder por um dos beligerantes (no Ruanda em 1994), seja mediante os acordos de paz (no Burundi em 2000; na RDC em 2003), lá, onde as mídias haviam por vezes contribuído para atizar os conflitos, o esforço de reconstrução, massivamente apoiado pela comunidade internacional, não negligenciou os autores midiáticos. Esses últimos saíram fragilizados e descredibilizados pelas crises políticas, até mesmo aqueles que foram chamados para ter um papel essencial no retorno do regime democrático nos países, em particular nos processos eleitorais organizados para acabar definitivamente com as desgraças da guerra civil (FRÈRE, 2009b). É por isso que, os processos de paz e seus promotores estrangeiros, estiveram sempre atentos a esse sensível setor e vários programas foram financiados visando promover um “jornalismo de paz”<sup>14</sup>, sustentar a criação de mídias e de conteúdos “sensíveis aos conflitos” (Rádio Okapi, na RDC, Studio Ijambo, no Burundi), apoiar o setor da formação ou das dinâmicas profissionais associativas.

### **1.3 As dinâmicas de reconstrução: a era da autoidentificação**

Para romper com o jornalismo militante do período de conflitos, as intervenções externas de doadores de fundos e ONGs internacionais vão, nos três países, sugerir ou encorajar a construção e formalização de novos referenciais profissionais para e pelos jornalistas. Assim, os códigos de deontologia foram adotados quase simultaneamente nos três países: em 1997 (revisado em 2003) no Burundi<sup>15</sup>, em 2004 na RDC e em 2005 no Ruanda<sup>16</sup>. Durante o processo, e sempre contando com a benevolência dos parceiros financeiros e doadores de fundos, conscientes da reconstrução « pós-conflito », os jornalistas criaram

estruturas profissionais de autorregulação: OPB (*Observatoire de la Presse burundaise*), OMEC (*Observatoire des Médias congolais*) e RMEC (*Rwanda Media Ethics Commission*), no Ruanda.

Os novos códigos de deontologia jornalística revelavam uma profissão totalmente nova, que contrasta com os discursos e quadros jurídicos que estavam sendo aplicados nas décadas precedentes, mas também com certas práticas mais recentes aparecidas antes e durante as guerras. Eles deixaram transparecer os estigmas da década precedente e refletem a dupla dinâmica de liberalização e de conflitualidade que transformou a profissão de jornalista.

Percorrendo os códigos de deontologia, constata-se, em primeiro lugar, uma nítida vontade de reinscrição da profissão nos parâmetros internacionais de referência (a mil léguas do jornalismo “autêntico”, praticado no período do monopólio estatal, ou do jornalismo “patriótico” do período de conflito). Os códigos congolezes e ruandeses remetem explicitamente à Declaração de Munique (RDC) ou à Declaração Universal dos Direitos Humanos (Ruanda). O código de deontologia dos jornalistas burundianos faz referência aos “valores universais” “a paz, a tolerância, a democracia, os direitos do homem” (artigo 1); uma noção também presente explicitamente no código congolês que insere o trabalho do jornalista nos “valores universais do humanismo: paz igualdade, direitos humanos, progresso social” (artigo 12).

Em segundo lugar, os traços do passado conflituoso estão muito presentes nesses códigos, por referências explícitas à história e a certo número de desvios, mas também pela insistência sobre a noção de “responsabilidade” do jornalista. Assim, no seu preâmbulo, o código do Ruanda faz alusão direta ao passado: “tirando lição de uma imprensa lamentável, vergonhosamente partidária e incitando o ódio que culminou no genocídio de 1994, a comunidade da mídia resolveu adotar, promover e respeitar os princípios concebidos para edificar uma imprensa forte, independente, dinâmica e responsável”. Os três códigos mencionam claramente a “recusa de incitação ao ódio” (artigo 2, Burundi); recomendando aos jornalistas “cessar a incitação da violência de qualquer natureza, incluindo o ódio, a tensão e a animosidade baseadas na etnia ou na religião” (artigo 13, Ruanda); ou “banir (...) a incitação ao ódio (religioso, étnico, tribal, regional ou racial) assim como a apologia a todo tipo de valores negativos” (artigo 15, RDC).

Os códigos retomam, de maneira recorrente, a responsabilidade de jornalista em relação ao público (e não mais às autoridades ou outra hierarquia). No Ruanda, “os jornalistas, editores e proprietários

de jornais deverão permanecer constantemente conscientes de suas responsabilidades frente ao público, estando a serviço da verdade inerente à nossa cultura, defendendo e preservando o prestígio da imprensa, ao mesmo tempo em que são responsáveis em relação a seus pares e seus ouvintes/espectadores/leitores, fazendo o melhor e na maior convicção”. E o preâmbulo do código congolês insiste no fato de que os jornalistas são “conscientes de que a responsabilidade dos jornalistas face ao público deve prezar acima de tudo pela responsabilidade, particularmente em relação a seus empregadores e poderes públicos”.

Finalmente, se diferenciando do jornalismo para o desenvolvimento ou de união nacional, os profissionais se dizem impulsionados pela busca da verdade : “o princípio diretor para todos os jornalistas será o de servir os direitos dos cidadãos para conhecer a verdade » proclama o Código ruandês. (artigo 1). O jornalista deve « ter horror de mentiras e ter a busca da verdade como o objetivo final” (artigo 3, Burundi); ele deve “procurar, em qualquer momento, o triunfo da verdade, por meio de uma relação exata, honesta, fiel e leal dos fatos devidamente provados e verificados e das informações obtidas, sem chantagem e sem desprezar a boa-fé de ninguém” (artigo 6 ° RDC).

Os códigos mencionam igualmente uma série de direitos que os jornalistas devem poder reivindicar: acesso às fontes, cláusula de consciência, segurança material e moral (contrato), proteção e segurança.

A redefinição da profissão, implementada pelas dinâmicas de autorregulação, também conduziu à criação de novos dispositivos de formação profissional. No Ruanda, que não tinha uma escola de formação de jornalistas, uma *École de Journalisme et Communication* foi criada, em 1996, logo após o genocídio, na *Université Nationale du Rwanda* (com o apoio inicial da Unesco). Em 2008, surgiu também o *Great Lakes Media Center* (GLMC), centro de aperfeiçoamento para os profissionais em atividade<sup>17</sup>. No Burundi<sup>18</sup>, após a abertura de dois cursos de bacharelado em comunicação em universidades privadas no começo dos anos 2000, a *Université du Burundi* lançou, em 2008, com o apoio da cooperação universitária belga, um Mestrado em jornalismo, que forma atualmente sua quarta turma. Além disso, ao lado de uma *Maison de la Presse* criada em 1997 (tendo como um das missões fornecer aos jornalistas profissionais oportunidades de reciclagem), e de um Estúdio-Escola desenvolvido pela *Association burundaise des radiodiffuseurs* (Associação Burundiana de Radiodifusores) - ABR, os profissionais de mídia instalaram, em 2009, o CFM (*Centre de formation des professionnels des médias*)<sup>19</sup> com o apoio da União Europeia. Na RDC, as iniciativas se multiplicaram também,

para apoiar tanto os cursos universitários existentes encarregados da formação inicial (IFASIC, FCK, Unikin...) <sup>20</sup>, como os centros de formação continuada, como o ICA (*Institut Congolais de l'Audiovissuel*). A formação dos jornalistas foi igualmente percebida por numerosos estabelecimentos privados de ensino superior, nascidos após a liberalização desse setor, como um mercado rentável. Os currículos dos cursos ministrados nessas instituições dedicam um grande espaço para a deontologia e a inculcação de novos princípios (deontológico <sup>21</sup>, mas também legais e regulamentais), que guiarão doravante a profissão.

A formação dos jornalistas foi, então, nesses dez últimos anos, uma preocupação constante tanto para as autoridades públicas, como para os doadores de fundos e para os próprios jornalistas. Mas a preocupação de ver a atividade jornalística exercida por pessoal formado dentro dos “princípios universais”, e isso para evitar os desvios e excessos, foi levado longe demais por governantes. Muito longe, de acordo com a profissão... De fato, em 2009, durante a revisão da lei ruandesa sobre a imprensa, uma condição foi adicionada ao exercício da profissão de jornalista. O artigo 2º da nova lei define o jornalista, além de suas características usuais ligadas às atividades cotidianas, como “toda pessoa que faz estudos relacionados com o jornalismo ou com a comunicação e que é detentora de um diploma de primeiro ciclo universitário, ou de um certificado de primeiro ciclo em um instituto de jornalismo e de comunicação ou de outro centro reconhecido que confere um certificado da mesma categoria..” <sup>22</sup>. A imposição dessa condição suscitou muitos debates no seio da profissão. Esse debate se reproduz atualmente no Burundi, onde a Assembleia Nacional acaba de aprovar uma nova lei que prevê igualmente que o jornalista, para ser reconhecido como tal, deve “ser titular de um diploma, no mínimo, de nível de licenciatura em jornalismo ou equivalente, ou qualquer outro diploma, no mínimo, de nível de licenciatura conjugado a um estágio de formação certificado ou de uma experiência de, no mínimo, dois anos em uma empresa jornalística...” <sup>23</sup>.

Essas novas disposições constrangeram um grande número de profissionais que exercia a profissão há muitos anos sem ter o nível de diploma requisitado e que deverá portanto voltar à escola... ou enfrentar problemas muito em breve. Esse retorno da autoridade pública na definição do jornalista, por meio de condições legais impostas para o exercício da profissão, é significativo da vontade evidente dos governantes de melhor controlar a informação que circula no espaço público. Após um período durante o qual a redefinição

interna e a autorregulação foram deixada livres, as assignações externas ressurgiram na configuração das identidades profissionais.

## 2 DO DISCURSO ÀS PRÁTICAS

Uma das razões que explica o retorno das autoridades públicas no campo de definição da identidade profissional reside no fato de que os esforços de autoestruturação, fortemente encorajados pelos parceiros internacionais, se chocaram com contextos particularmente pouco propícios para a implementação de princípios habituais da profissão. Independência, imparcialidade, apuração dos fatos, verificação e caráter completo da informação são ideais jornalísticos de difícil observância em um ambiente econômico instável, no qual os atores políticos são susceptíveis de exercer fortes pressões sobre os jornalistas e no qual os padrões da mídia estão relutantes em pagar seus salários<sup>24</sup>.

A situação é ainda mais difícil para os jornalistas que, apesar dos processos de paz e a realização de dois ciclos de eleições “livres e democráticas<sup>25</sup>”, esses três países conhecem ainda situações políticas difíceis, com a persistência da guerra em uma parte do território (RDC), ameaças de segurança permanentes (Burundi) e um regime que restringe as liberdades (Ruanda).

A implementação de alguns dos novos princípios da profissão, tais como foram definidos pelos próprios profissionais, entra em atrito com as dificuldades práticas de ordem econômica, estatutária e editorial.

No que concerne às dificuldades econômicas, a grande maioria dos meios de comunicação burundianos, ruandeses e congolezes tem problemas de sobrevivência, que obrigam os jornalistas a trabalhar em condições salariais quase sempre precárias. Um jornalista na RDC ganha entre 30 e 120 dólares por mês (exceto em algumas raras mídias que recebem um apoio internacional consistente, como a Rádio Okapi, rádio financiada há 10 anos pela MONUSCO<sup>26</sup>). No Burundi, o salário médio aproxima dos 120 dólares, mesmo que certos jornalistas possam ganhar até 300 ou 500 dólares por mês, por ocuparem os cargos mais altos. No Ruanda, os salários oscilam igualmente entre 100 e 200 dólares. Além do mais, os atrasos de pagamento são recorrentes, pois, assim que a empresa passa por instabilidades orçamentárias, as remunerações do pessoal são sacrificadas para permitir o reembolso

de outros credores.

Em países recém-saídos de conflitos, nos quais o nível de vida continua fraco, a compra de uma mídia (em particular de um jornal ou de um aparelho de televisão) permanece um privilégio. Se escutar o rádio é mais acessível financeiramente, a perspectiva de uma audiência paupérrima não é um grande atrativo para os potenciais anunciadores, e as mídias audiovisuais têm dificuldades para aumentar sua receita de publicidade. Por conseguinte, certas práticas foram desenvolvidas para possibilitar que o jornalista faça trabalho de coleta e de produção de informação. É o que podemos designar pelos termos “cobertura remunerada de eventos” ou, como dizem os jornalistas burundianos, o “apoio total” (“*prise en charge totale*”). São práticas na qual o jornalista aceita uma compensação de parte dos organizadores de eventos em troca de um artigo ou programa que refletirá as preocupações do patrocinador. Se essa prática é frequente no Burundi, em sua forma mais institucionalizada de programas ou artigos « patrocinados » por instituições, ela é generalizada na RDC e no Ruanda, de uma forma mais individualizada, no qual cada jornalista negocia pessoalmente seus serviços. Ela carrega o nome de ‘corte’ (“*coupage*”), na RDC (ou ainda de « transporte »), de “*giti*” (que significa “árvore”) no Ruanda, de “*per diem*” (“diária”) no Burundi.

Esse tipo de prática é fortemente condenado pelos códigos de deontologia dos três países. O código da RDC, em seu artigo 7, recomenda ao jornalista profissional de “não aceitar qualquer presente de parte das fontes de informação, nenhuma vantagem ou presente para abafar informações, nenhuma gratificação em razão da publicação, da distorção ou da supressão de uma informação”. No Ruanda, o artigo 25 recomenda « evitar ser subornado ou receber favores de qualquer forma ou qualquer obrigação que possa comprometer ou atentar contra a integridade da profissão ». E no Burundi, o artigo 10 prevê que “o jornalista não pode aceitar nenhuma vantagem quando sua qualidade, suas influências e suas relações podem ser exploradas. O jornalista não deve se comportar como um assessor de imprensa”.

A prática de cobertura remunerada se desenvolveu em um contexto de grande fragilidade estatutária dos jornalistas, em países onde não existe convenções coletivas que os protejam, e onde eles vão trabalhar muitas vezes sem contrato e, mesmo,

às vezes, sem salário. Assim, os jornalistas previram, em seus códigos, disposições claras sobre esse comportamento. O artigo 20 do código congolês estipula que “o jornalista tem direito não somente ao benefício de convenções coletivas, mas também a um contrato pessoal que assegure a segurança material e moral de seu trabalho, assim como uma remuneração correspondente ao seu papel social e suficiente para garantir sua independência econômica”. E o artigo 21 do código burundiano prevê que “em consideração a sua função e suas responsabilidades, o jornalista tem direito a um contrato que lhe assegure uma segurança material e moral assim como uma remuneração que garanta sua independência econômica”.

Apesar dos repetidos pedidos dos profissionais, nenhuma lei veio reforçar o estatuto dos jornalistas. E, muitas vezes, a ausência de independência econômica acaba resultando na ausência de independência editorial.

As dificuldades editoriais proveem igualmente de outra característica contextual que é um obstáculo no exercício da profissão: a ausência de garantia de acesso à informação pública. Em um contexto no qual as autoridades públicas não se apressam para “prestar contas”, os jornalistas penam para colocar em prática o “direito do público à informação”, um dos fundamentos de sua proclamada identidade profissional. Esse fundamento foi inscrito pelos jornalistas em seus documentos de referência. O artigo 17 do código congolês reivindica para o jornalista o “livre acesso a todas as fontes de informação e o direito de investigar livremente sobre todos os fatos que condicionam a vida pública”. E o artigo 17 do Código burundiano proclama igualmente que “o jornalista, no exercício de sua profissão, terá acesso a todas as fontes de informação. Ele tem direito de investigar livremente sobre todos os assuntos que interessam à vida pública”, Segundo o código ruandês, ele deve “assegurar a proteção e a preservação da liberdade de imprensa, o direito à palavra e à expressão e o livre acesso à informação” (artigo 33). Mas, em países atualmente dirigidos por antigos membros de rebeliões armadas, a tradição da transparência e do compartilhamento de informações tem dificuldades para se instituir.

As limitações ambientais, portanto, dificultam a aplicação dos princípios da profissão adotados pelos próprios jornalistas. As discrepâncias que surgem fornecem, muitas vezes, às

autoridades públicas, os pretextos que permitir justificar a intervenção regulamentadora ou moderadora. Mas a margem de manobra das autoridades, para colocar os jornalistas em um enquadramento mais rígido e de acordo com suas próprias preocupações, é doravante limitado por outro grupo de atores que considera ter também o direito de fazer valer sua própria concepção da profissão de jornalista: o público da mídia. A era da liberalização foi, de fato, não somente uma mudança em relação aos referenciais decorrentes de dinâmicas internas da profissão; ela também ocasionou a aparição de novas exigências do público em relação ao que é esperado do jornalista profissional.

### **3 AOS OLHOS DO PÚBLICO: NOVA CONFIANÇA, NOVAS EXIGÊNCIAS**

Nesses últimos dez anos, as mutações do jornalismo não só transfiguraram o discurso da profissão sobre ela mesma, como também transformaram a percepção que o público tem a respeito do lugar do jornalista na sociedade e daquilo que os cidadãos têm o direito de esperar dele.

Para ilustrar essa mudança, nós vamos nos basear nos elementos de uma pesquisa realizada, de 2010 a 2012, com cerca de 1300 ouvintes em cinco cidades da região (Bujumbura, Kigali, Butare, Bukavu e Goma)<sup>27</sup>. Realizada em colaboração com os ouvintes-pesquisadores locais, a pesquisa visava identificar, de maneira geral, o lugar do rádio no cotidiano das populações. Graças a algumas questões relacionadas à profissão de jornalista, a pesquisa permitiu identificar a importante popularidade de um certo número de profissionais da região, assim como as razões evocadas pelos entrevistados para justificar a estima da qual determinados vedetes se beneficiam. Das respostas recolhidas pelos entrevistadores surgem os aspectos característicos do jornalista « modelo » no espírito de categorias variadas de ouvintes<sup>28</sup>, os parâmetros que constituem o atual « bom » jornalista para esses ouvintes da região (o rádio ainda permanece amplamente como o primeiro mídia que permite o acesso à informação)<sup>29</sup>. Os novos modelos mais valorizados pelo público permitiram mesurar quanto a imagem da profissão se transformou.

**Tabela 01** Jornalistas favoritos citados na pesquisa

<b>Bujumbura (306 pessoas entrevistadas)</b>		<b>Bukavu (286)</b>	<b>Goma (225)</b>	<b>Butare (226)</b>		<b>Kigali (467)</b>			
<b>Domitille Kiramvu</b> Radiojornal kirundi <b>RPA</b>	62%	Jolly Kamuntu Paix et développement Radio Maendeleo	6%	<b>Magloire Paluku</b> Faucon Faucon, Radiojornal, Club de Réflexion <b>Kivu One</b>	48%	<b>Ali Youssouf Mugenzi</b> Imvo n'imvano <b>BBC</b>	23%	<b>Ali Youssouf Mugenzi</b> Imvo n'imvano <b>BBC</b>	19%
<b>Serge Nibizi</b> Kabizi <b>RPA</b>	35%	Jean-Baptiste Baderha Paix et développement / Pleins feux Radio Maendeleo / Canal Futur	5%	Hubert Furuguta Faucon Faucon, Radiojornal Radio Colombe / Kivu One	10%	Emma Claudine Imenye nawe Radio Salus	16%	Emma Claudine Imenye nawe Radio Salus	6%
<b>Gilbert Niyonkuru</b> Nomukura Hé ? <b>RPA</b>	5%	Pacifique Zikomangane Journal des Radios Clubs Radio Maendeleo	5%	Juan Gomez Appel sur l'actualité RFI	12%	Tidjara Kabendera Teatro / Música Radio Rwanda	6%	Tidjara Kabendera Teatro / Música Radio Rwanda	5%

Quem são as estrelas do rádio na região dos Grandes lagos e o que seus perfis revelam em termos de expectativas de grande parcela da população em relação aos jornalistas?

Três personalidades emergiram, citadas por mais de um terço dos ouvintes. Em Bujumbura, Domitille Kiramvu, apresentadora do radiojornal em kirundi do meio-dia, em uma rádio privada local (a Radio Publique africaine - RPA), é citada como « jornalista favorita » por 62% das 306 pessoas interrogadas. Empregada de uma mídia que se posiciona como « A voz dos semvozes », Kiramvu simboliza a liberdade crítica, mas também o trabalho de campo e a atenção voltada para os problemas cotidianos dos burundianos. As pessoas entrevistadas insistem em falar de sua coragem e sua proximidade com a população.

Sege Nibizi, aclamado por um terço dos ouvintes de Bujumbura, é outro jornalista que pertence à mesma emissora, e apresenta todas as manhãs um programa muito popular (“Kabizi”)<sup>30</sup>, na qual ele recebe um convidado que responde ao vivo às suas questões e a de seus ouvintes. O caráter participativo do programa, a capacidade de Nibizi de « fazer boas perguntas » e de « dar a palavra ao povo » são ressaltados. A Goma (RDC), Magloire Paluku é o diretor-fundador da rádio local KivuOne: sua imensa popularidade (quase uma metade dos entrevistados o considera como “jornalista favorito”), é ligada ao programa que ele apresenta

(Faucon Faucon), um programa satírico que não receia em denunciar o mal funcionamento da administração local. Enquanto os jornalistas citados no Burundi e na RDC trabalham em mídias locais, no Ruanda o jornalista mais frequentemente mencionado, Ali Yusuf Mugenzi, apresenta programas em kinyarwanda em uma rádio cujo transmissor não é no país: o jornalista ruandês trabalha na BBC, em Londres, e apresenta um programa semanal, difundido aos sábados, às 8h, intitulado “Imvo n’Imvano”, que aborda as atualidades da região dos Grandes Lagos. Esse programa é muito escutado no Ruanda, visto que, segundo os entrevistados da pesquisa, permite “entender os pontos de vistas contraditórios” e “coloca frente à frente pessoas que nem sempre estão de acordo umas com as outras”, em um contexto no qual as rádios locais optam por um tom bem consensual. O nome de Ali Yusuf Mugenzi é mencionado como o jornalista de referência por um quarto dos respondentes em Butare e por um quinto em Kigali.

Ao considerar as qualidades pelas quais esses jornalistas são particularmente admirados, tal como foi citado pelos entrevistados, constatamos que elas são similares em diferentes localidades: esses jornalistas são “corajosos”, “ousam dizer as coisas em voz alta”, “não têm medo do governo”, “dizem a verdade”, “fazem boas perguntas”, “dão a palavra às pessoas que têm opiniões diferentes”, “preparam bem seus programas e conhecem bem os assuntos”, “dedicam tempo para a investigação”, “vão ao fundo das coisas”. Um dos critérios fundamentais de apreciação, citado de maneira recorrente, reside no fato de dar a palavra ao público, corroborado pelo fato de que, entre todos os jornalistas citados como favoritos, mais de dois terços apresentam programas participativos, que acolhem, ao vivo, as questões dos ouvintes.

A coragem, a capacidade crítica, o debate contraditório, a palavra ao cidadão e o senso de investigação às vezes causaram problemas a esses jornalistas-modelo. Em 2006, Domitille Kiramvu foi presa vários meses por ter citado uma tentativa de golpe de Estado contra o presidente Pierre Nkurunziza. Quanto ao programa da BBC em kinyarwanda, ele foi suspenso diversas vezes. Uma delas foi em 2009, após o programa “Imvo n’Imvano” ter acolhido o antigo presidente ruandês Faustin Twagiramungu (1994-1995), antigo candidato às eleições presidenciais (2003) e difundido suas controversas declarações.

Nos debates realizados nos grupos focais, durante o qual

os entrevistadores do projeto discutiam regularmente os resultados obtidos no campo, e após a apresentação pública dos resultados preliminares dessa pesquisa, a questão da definição do “jornalista” emergiu de maneira recorrente. De fato, os entrevistadores notaram que certos entrevistados identificavam claramente os profissionais de comunicação mais competentes; muitos outros, no entanto, especialmente no Ruanda e no Congo, confundiam “jornalista” com “apresentador”. Muitas pessoas mencionadas como “jornalista favorito” eram de fato apresentadores de programas de entretenimento e às vezes até mesmo pastores pregadores em rádios confessionais. Além disso, certos jornalistas identificados como “favoritos” não eram considerados pelos participantes como os mais respeitosos das regras profissionais, mas acima de tudo como os mais provocadores, conhecidos por veicular boatos e “furos” não verificados... Na RDC, onde as escolhas dos ouvintes pareciam mais diversificadas e dispersas, não somente naquilo que concerne os jornalistas apreciados, mas também o idioma com o qual eles se exprimem e o tipo de programa que eles apresentam, os entrevistadores se surpreenderam com o fato de que o argumento de que a competência linguística era sempre valorizada: um “bom” jornalista seria um jornalista que se exprime bem (em francês, em suali ou em outro idioma local), aquele que não deixa de fazer debates. Nota-se que as rádios públicas foram mencionadas pelos ouvintes como as rádios efetivamente ouvidas (em particular os radiojornais), nenhum de seus jornalistas é citado como jornalista preferido.

A partir da análise das respostas, vislumbramos que o que parece assegurar e dar credibilidade aos procedimentos jornalísticos, aos olhos dos ouvintes, seria a capacidade crítica e de denúncia, a capacidade de mostrar o outro lado da informação oficial, o fato de dar a palavra à população (através dos depoimentos nos radiojornais ou por meio de programas participativos), bem mais que os procedimentos internos da profissão de verificação e apuração das informações permitindo garantir a confiabilidade da informação.

Definitivamente, esse estudo mostra que o público tem sua própria maneira de definir o « jornalismo », que, de acordo com Ewart *et al.* (2005) é um signo de “empoderamento”. O estudo mostra muito certamente que as percepções mudaram ao longo desses 20 anos, desde a época na qual os jornalistas

eram os porta-vozes do governo, e na qual não viria à mente dos ouvintes que os jornalistas poderiam implementar direitos dos cidadãos de ter acesso à informação. Os jornalistas, doravante, são percebidos como “voz dos semvozes”, apreciados quando trabalham “a serviço do povo”, ousam desafiar os poderes e revelar seu mal funcionamento, e também fazem valer os interesses da população em relação aos políticos e ao discursos da mídia oficial. Essa redefinição do jornalista, de suas missões e de seu papel em relação ao público, reflete então um reposicionamento do ouvinte-cidadão que se sente no direito de poder esperar certos tipos de serviços da parte dos jornalistas e daqueles que se afirmam como tal. Talvez, essa redefinição cubra apenas parcialmente aquela do público da mídia ocidental, mas ela valoriza certos tipos de práticas que podem aparecer como particularmente importantes no contexto local, o que impulsiona também, sem dúvidas, os jornalistas a cumprirem suas funções de uma forma que lhes valeu o respeito de seu público.

## CONCLUSÃO

Ao longo de duas décadas, a definição do jornalista se “moveu” nos três países da África Central estudados, passando de uma configuração na qual o sentido da profissão era definido por um ator externo (o Estado), a outra na qual os profissionais da mídia tentaram fixar eles mesmos seus próprios referenciais até que as mudanças das práticas geraram, por sua vez, novas expectativas e percepções por parte do público. Tentamos mostrar que essas mutações não constituem apenas uma simples evolução conjuntural, mas sim uma mudança de paradigma jornalístico. Essa mudança de paradigma é a consequência da ação de fatores políticos, sociais e econômicos que trouxeram uma profunda transformação de princípios, valores e práticas profissionais. Depois de um período de trinta anos nos quais as autoridades públicas impuseram a única definição legítima e politicamente admitida da atividade, a liberalização do setor permitiu o desenvolvimento de outra abordagem da profissão. A evolução política perturbada da região e a implicação de certo número de mídias na propaganda de guerra nos anos 1990 vão em seguida abalar fortemente a profissão e marcar a maneira como ela se define. Uma vez retomada a paz, por meio de discursos

endógenos (códigos e chartes) ou exógenos (enquadramento legal, currículo de formação). Os abalos desses dez últimos anos vão também transformar a forma em que o « bom » jornalista é atualmente percebido e avaliado pelos cidadãos, nessa região onde a democracia ainda está amplamente em construção. O conjunto dessas dinâmicas de redefinição operou no sentido de se aproximar com os referenciais profissionais « internacionais », em torno de noções de contrapoder, de independência, de busca da verdade e de responsabilidade do jornalista em relação ao cidadão.

Até certo ponto, o sistema se adaptou rapidamente às novas condições, redefinindo suas modalidades de funcionamento; contudo, uma ruptura aparece em confrontação a esse novo modelo profissional, com novos parâmetros econômicos do mercado. O jornalismo rigoroso (colocando em primeiro plano o equilíbrio, a responsabilidade, a verdade, a ausência de partidarismo ou de discursos discriminatórios), do qual os jornalistas reivindicam em seus documentos de referência, seria viável no mercado congolês, burundiano e ruandês? A ameaça constante do “corte”, do “*giti*”, ou do “*per diem*” mostra a fragilidade de uma prática que os fracos recursos financeiros locais não conseguem proteger. Quanto ao jornalismo corajoso, crítico, aberto à palavra dos cidadãos, que decorre das novas demandas dos públicos, ele enfrenta reticências, às vezes represálias, das autoridades públicas que não querem deixar de controlar a informação. E essa inimizade contribui para aumentar as dificuldades financeiras da mídia. A “voz dos sem voz” é uma nobre missão, mas será possível viver e cumprir com rigor sua função quando os “sem voz” são também “sem dinheiro”? Essa dupla dificuldade pode se interpretar como dificuldades de ajustar diferentes atores a um novo contexto, assim como a sobrevivência de certas características do paradigma precedente: o jornalismo “a serviço de” e o controle do governo sobre a palavra legítima.

Em tal contexto, a grande maioria da mídia que dedica sua atenção aos « sem voz sem dinheiro » poderiam utilizar o apoio de certo número de doadores de fundos e parceiros estrangeiros que fornecem apoio financeiro a esses modelos de mídias, que simbolizam a renovação da profissão (RPA e Radio Isanganiro no Burundi, Radio Okapi ou Radio Maedeleo na RDC). Mas esse apoio, considerável nos últimos dez anos, não durará eternamente

e os jornalistas da África Central deverão então se esforçar para continuar afirmando seu compromisso com essa nova profissão que eles construíram, mas cuja consolidação tem um preço... que eles não estão certos que seu público, apesar da demanda, possa assumir financeiramente.

## NOTAS

- 1 A delimitação geográfica da região dos Grandes Lagos é definida de maneira diversa, podendo compreender de 2 a 13 países. Nós utilizamos a expressão para designar os três territórios que estiveram sob a tutela belga: A República Democrática do Congo, o Burundi e o Ruanda.
- 2 No Congo, havia títulos de imprensa de status aparentemente privados, mas que, de fato, estavam inteiramente financiados pelo Estado e que eram chamados de “jornais da corrente”.
- 3 Ver André Badibanga (1977).
- 4 O texto jurídico que anteriormente regulamentava a liberdade de imprensa no Burundi era a ordenação de 5 de março de 1922 (aprovada pelo decreto de 6 de agosto de 1922), adotada pela tutela belga para contrapor a propaganda susceptível de levantar a população local contra a autoridade colonial e os colonos brancos. A lei de 1976 é o primeiro texto revogando essa portaria.
- 5 Ordenação-lei 70/057 de 28 de outubro de 1970, que revogou o decreto-lei de 9 de dezembro de 1960 sobre o regime de imprensa nacional e estrangeira.
- 6 Em 1997, o ISTI se tornou IFASIC (Institut Facultaire des Sciences de l’Information et de la Communication).
- 7 Do ponto de vista regulatório, esta liberalização foi endossada por uma nova lei de imprensa aprovada em 1992 no Burundi; um discurso do presidente Mobutu em 1990 ea adoção de uma nova lei de imprensa, em 1996, no Zaire (RDC desde 1997). No Ruanda, a primeira lei de imprensa é adotada em 2002.
- 8 Le Citoyen n°12, junho de 1993, p. 7, citado por Eva Palmans,

Médias et politique en situation de crise: le cas du Burundi. PhD Thesis, University of Antwerp, 2008.

- 9 La Semaine n°1, 29 de maio de 1993, p.1, citado por Eva Palmans, op. cit.
- 10 La Semaine n°4, 9 de julho de 1993, p.7, citado por Eva Palmans, op. cit.
- 11 Entre aqueles que foram mais regulares e conhecidos figuram Le Potentiel, Le Phare, Umoja, Le Soft, La Prospérité, La Conscience. Elima, antigo jornal “da corrente”, que passou igualmente para o campo dos opositores de Mobutu.
- 12 Le Potentiel n°53, setembro de 1990.
- 13 Ver Frère Marie-Soleil (2009a). Para o caso do Ruanda, ver Jean-Pierre Chrétien (1995).
- 14 Ver Annie Laliberté (2009) e Thomas Hannitzsch, (2007).
- 15 Um primeiro Código de Deontologia foi adotado por 230 jornalistas em 1993. Ele não evitou os excessos da imprensa do Burundi, descrita como “imprensa do ódio” entre 1993 e 1996.
- 16 Ver os textos integrais em Gérard Ntahe (2009); Jean Paul Kayihura 2009; Journalistes en danger / Institut Panos Paris (orgs.) (2007).
- 17 As duas instituições se fundiram em 2011.
- 18 Uma escola existiu por pouco tempo no Burundi. Ela foi fechada em 1991.
- 19 Centro de formação dos profissionais de mídias.
- 20 Os três principais são o IFASIC (Institut Facultaire des Sciences de l’Information et de la Communication), o Département des Communications sociales des FCK (Facultés Catholiques de Kinshasa, devenues UCC – Université catholique du Congo) e o Département des Sciences de l’Information et de la Communication de l’Université de Kinshasa. Para mais detalhes, ver Marie-Soleil Frère (2008).
- 21 Especificamente sobre o ensino de deontologia, ver Alfred Malanda Misanga (2012).
- 22 A lei precedente, adotada em 2002, estipulada simplesmente no seu artigo 59: “O termo jornalista se refere a toda pessoa de

- nacionalidade ruandesa ou estrangeira estando no Ruanda que exerça uma profissão de jornalista para um empresa jornalística”.
- 23 A legislação que estava precedentemente em vigor, a lei de 2003, não definia a profissão de jornalista.
  - 24 Ver, sobre esse assunto, Rigobert Munkeni-Lapess (2009), e Mor Faye (2008).
  - 25 As eleições presidenciais e legislativas foram realizadas em 2005 e 2010 no Burundi ; em 2006 e 2011, na RDC ; em 2003 (presidenciais e legislativas), em 2008 (legislativas) e 2010 (presidencial), no Ruanda.
  - 26 Missão das Nações Unidas para a estabilização da RDC: implementada em 1999 (com a designação de MONUC), seu nome e mandato foram modificados em 2010. Conta com mais de 22 mil homens armados, em sua maioria, posicionados no leste do país, além de vários milhares de civis.
  - 27 A pesquisa foi realizada entre maio de 2010 e novembro de 2012, como parte de um programa (Ondas dos Grandes Lagos) realizado pelo Instituto Panos Paris. O objetivo foi identificar os usos e gostos radiofônicos dos ouvintes de rádio em cinco cidades em que o IPP desenvolveu uma parceria com as rádios locais. A metodologia baseou-se na constituição de painéis de ouvintes que foram então treinados para administrar um questionário em seu ambiente. Os panelistas se encontraram regularmente (cinco vezes) para discutir os resultados obtidos durante as suas entrevistas.
  - 28 Até o momento, os 1300 questionários puderam ser processados apenas manualmente. A informatização está em andamento. Portanto, não é possível neste momento de propor uma análise que considere parâmetros relacionados à idade, ao sexo e ao nível de escolaridade do entrevistado.
  - 29 Para uma visão geral dos resultados desta pesquisa, especialmente sobre o consumo midiático e as motivações dessa escolha, ver Frère “Audience perception of radio stations and journalists in the Great Lakes region” (no prelo).
  - 30 Uma pergunta precedente no questionário se interessava no programa favorito dos entrevistados: Kabizi está bem à frente em Bujumbura com 43% dos entrevistados que o citam como o “programa favorito”.

## REFERENCIAS

BADIBANGA, A. La presse africaine et le culte de la personnalité. **Revue française d'études politiques africaines**, n. 156, Dec.1978, p. 40-57

BART, A. **La presse au Rwanda. Production, diffusion et lecture depuis le début du siècle**, 1982, 600 f. Thèse (3ème cycle). Université de Bordeaux 3, 1982.

BEBE BESHELEMU, E. **Presse écrite et expériences démocratiques au Congo-Zaïre**. Paris: L'Harmattan, 2006

CHARRON, J. ; DE BONVILLE. J. **Le paradigme journalistique: usage et utilité du concept**. Bucarest: CIFSIC, 2003.

CHRETIEN J-P. C. (ed.). **Rwanda. Les médias du génocide**. Paris: Karthala, 1995.

de VILLERS, G. Zaïre 1990-1991. Faits et dits de la société d'après le regard de la presse. **Les Cahiers du CEDAF-ASDOC**, n°12, 1992.

EWART, J.; MEADOWS, M.; FORDE, S.; FOXWELL, K. Though the ears of the audience : emerging definitions of news from community radio audiences. Paper presented to the **Journalism Education Conference**, Griffith University, 29 November-2 December, 2005.

FRERE M-S. **Le paysage médiatique congolais. Etat des lieux, enjeux et défis**. Kinshasa: FEI, 2008.

FRERE M-S. After the Hate Media : Regulation in the DRC, Burundi and Rwanda. **Global Media and Communications**, vol.5, number 3, p. 327-352, 2009a.

FRERE, M-S. **Elections et médias en Afrique Centrale. Voie des urnes, voix de la paix ?**. Paris: Karthala, 2009b.

FAYE, M. **Presse privée écrite en Afrique francophone. Enjeux démocratiques**. Paris: L'Harmattan, 2008.

HANNITZSCH, T. Situating Peace Journalism in Journalism Studies : a critical appraisal. **Conflict and Communication online**, vol.6, n°2, 2007.

HIGIRO, J-M V. **Dialogue n°175**, avril-mai 1994, p. 49-50

INSTITUT PANOS PARIS (IPP). **Cadres juridiques et pratiques du pluralisme radiophonique**. Paris: Karthala/Institut Panos Paris, 2005.

JOURNALISTE EN DANGER (JED) / INSTITUT PANOS PARIS (IPP) (ED.). **Comprendre les textes juridiques et déontologiques régissant la presse en RDC.** Kinshasa: Institut Panos Paris, 2007

KAYIBANDA, G. Lettre du Président de la République. In **Dialogue** n°24, janvier 1971, p.5,

KAYIHURA, J. P. **Code de déontologie et textes juridiques régissant les médias au Rwanda.** Paris: Institut Panos Paris, 2009.

LALIBERTE, A. **Autoritarisme et démocratie. Un journalisme de paix dans le Rwanda de l'après-génocide.** Thèse (Doctorat en Anthropologie). Québec, Université Laval, 2009.

MALANDA MISANGA, A. **Les cadres éthiques et déontologiques dans les processus de formations journalistiques en RDC. Le cas de la Ville de Kinshasa.** Thèse (Doctorat). Louvain, Université catholique de Louvain, 2012

MALEMBE, T. L'information et la culture nationale : l'expérience zaïroise. In: INSTITUT CULTUREL AFRICAÏN (ed.). **La fonction culturelle de l'information en Afrique.** Dakar-Lomé-Abidjan; Les nouvelles Editions africaines, 1985.

MAOUNDONODJI, G. **Cadres juridiques et pratiques du pluralisme radiophonique.** Paris: Karthala/Institut Panos Paris, 2005.

MINISTERE DE L'INFORMATION. **Bilan 1960-1970.** Kinshasa, 1970.

MUNKENI-LAPESS, R. **Le coupage. Une pratique d'allocation des ressources dans contexte congolais des médias.** Paris: L'Harmattan, 2009.

NTAHE, G. **Textes juridiques et déontologiques régissant la presse au Burundi.** Paris: Institut Panos Paris, 2009.

PALMANS, E. **Médias et politique en situation de crise: le cas du Burundi.** Thesis (PhD). Antwerp (Belgium), University of Antwerp, 2008.

PERRET, T. **Le Temps des journalistes. L'invention de la presse en Afrique francophone.** Paris: Karthala, 2005.

TAMANDIAK, M. L'information et la culture nationale : l'expérience zaïroise. In: INSTITUT CULTUREL AFRICAÏN (ed.). **La fonction culturelle de l'information en Afrique.** Dakar-Lomé-Abidjan, Les nouvelles Editions africaines, 1985, p. 65-67.

TSHIONZA MATATA, G. **Les médias au Zaïre. S'aligner ou se libérer.** Paris: L'Harmattan, 2006.

**Marie-Soleil Frère** é professora da Université Libre de Bruxelles (ULB) e pesquisadora sênior do Fundo Nacional para a Pesquisa Científica na Bélgica.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO EM JUNHO DE 2014.